



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CORRENTE
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

ELMA LAIZE OLIVEIRA E SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO CADEIRANTE NA REDE PÚBLICA DE
ENSINO**

CORRENTE

2023

ELMA LAIZE OLIVEIRA E SILVA

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO CADEIRANTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Corrente

Orientadora: (a): Prof. Paulo Peixoto Costa

CORRENTE

2023

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO CADEIRANTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Elma Laize Oliveira e Silva¹

Prof. Paulo Peixoto Costa²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. A escolha do tema se justifica por ser uma questão que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates educacionais, por isso observou-se a necessidade de valorizar e trazer esse tema para discussão. Para responder a este questionamento o presente trabalho tem como objetivo geral Apontar os desafios na prática da educação inclusiva e seus impactos no processo de socialização e integração de alunos com deficiência física pautado em referencial teórico e um estudo em que foi realizado uma observação em uma escola pública no Município de Corrente Piauí, Escola Orley Cavalcante. Objetivos específicos: conceituar a tipologia da deficiência física e os aspectos históricos e sociais; verificar junto ao aluno cadeirante os desafios enfrentados Escola Municipal Orley Cavalcante; propor medidas alternativas de acessibilidades sociais e pedagógica para a inclusão do estudante com deficiência física. Quanto à metodologia desta pesquisa, trata-se de um estudo de campo com uma abordagem qualitativa e qualitativa com levantamento bibliográfico, orientada pela investigação e análise em material teórico e documentos que tratam sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência física. Como técnica de coleta de dados utilizou-se a observação para averiguar o nível de acessibilidade do usuário de cadeira de rodas na escola municipal Orlei Cavalcante. Realizou-se um levantamento sobre o nível de acessibilidade através de um questionário aplicado a um aluno cadeirante da escola pesquisada. Os resultados desta pesquisa mostraram que há diversos problemas que precisam ser enfrentados para efetivação da inclusão escolar. É preciso criar soluções para que os estudantes não se sintam prejudicados. A escola e membros desta instituição devem estar preparados para lidar com estes estudantes.

Palavras-chave: escola; inclusão; deficiência; estudantes.

ABSTRACT

This work presents a reflection on the inclusion of students with special needs in regular education. The choice of theme is justified because it is an issue that has been gaining more and more space in educational debates, which is why there was a need to value and bring this topic to discussion. To answer this question, the present work has the general objective of pointing out the challenges in the practice of inclusive education and its impacts on the process of socialization and integration of students with physical disabilities based on a theoretical framework and a study in which an observation was carried out in a school school in the Municipality of Corrente Piauí, Orley Cavalcante School. Specific objectives: conceptualize the typology of physical disability and the historical and social aspects; verify with the student in a wheelchair the challenges faced by Escola Municipal Orley Cavalcante; propose alternative measures of social and pedagogical accessibility for the inclusion of students with physical disabilities. As for the methodology of this research, it is a field study with a qualitative and

¹Pós -graduanda do curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI. E-mail: elmalaize@hotmail.com.

² Currículo sucinto do(a) professor(a) orientador(a). Instituição de ensino. E-mail.

qualitative approach with a bibliographical survey, guided by the investigation and analysis of theoretical material and documents that deal with the school inclusion of students with physical disabilities. As a data collection technique, observation was used to ascertain the level of accessibility of the wheelchair user at the municipal school Orlei Cavalcante. A survey was carried out on the level of accessibility through a questionnaire applied to a student in a wheelchair at the researched school. The results of this research showed that there are several problems that need to be faced for the effectiveness of school inclusion. do not feel harmed. The school and members of this institution must be prepared to deal with these students.

Keywords: school; inclusion; deficiency; students.

Data de aprovação: 18/12/2023

1 INTRODUÇÃO

A garantia da inclusão é algo recente, nesta prática a escola inclusiva abre espaço para todos os educandos independente das diferenças individuais. De acordo com Yoshida (2018) o princípio da inclusão surge a partir dos direitos de todos à educação, direitos esses que são garantidos nos princípios da Declaração de Salamanca (1994), Constituição Federal (1998) e Plano Nacional de Educação-PNE (2014), pois estes documentos estabelecem a obrigatoriedade das pessoas com deficiências ou outras necessidades especiais a frequentar um ambiente escolar inclusivo.

Diante disso, este trabalho apresenta uma reflexão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. A escolha do tema se justifica por ser uma questão que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates educacionais, por isso observou-se a necessidade de valorizar e trazer esse tema para discussão. O interesse pelo tema também surgiu a partir da leitura de artigos e algumas vivências no dia a dia com crianças cadeirantes.

Considerando que os alunos com deficiência física tem os mesmos direitos que o aluno não portador de qualquer deficiência e que devido tanto às limitações físicas quanto ao preconceito muitos alunos acabam deixando de frequentar a escola, principalmente as escolas da rede pública, esta pesquisa aborda o seguinte questionamento: será que as escolas estão preparadas para receber alunos que tem sua mobilidade limitada devido à deficiência física?

Para responder a este questionamento o presente trabalho tem como objetivo geral apontar os desafios na prática da educação inclusiva e seus impactos no processo de socialização e integração de alunos com deficiência física pautado em referencial teórico e um estudo em que foi realizado uma observação em uma escola pública no Município de Corrente Piauí, Escola Orley Cavalcante.

Objetivos específicos: conceituar a tipologia da deficiência física e os aspectos históricos e sociais; verificar junto ao aluno cadeirante os desafios enfrentados Escola Municipal Orley Cavalcante; propor medidas alternativas de acessibilidades sociais e pedagógica para a inclusão do estudante com deficiência física.

Quanto à metodologia desta pesquisa, trata-se de um estudo de campo com uma abordagem qualitativa e qualitativa com levantamento bibliográfico, orientada pela investigação e análise em material teórico e documentos que tratam sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência física.

Matias (2022) explica que o método de pesquisa qualitativa examina a evidências, portanto baseia-se em dados verbais e visuais para compreender fenômenos com mais clareza e que os dados são coletados de forma sistematizada. Segundo a autora, a pesquisa qualitativa requer técnica de análise de dados específicos e utiliza textos, palavras, imagens e outros meios.

Já a pesquisa quantitativa é descrita por Matias (2022) como o método conclusivo que tem como objetivo qualificar o problema e entender a proporção dele.

Como técnica de coleta de dados utilizou-se a observação para averiguar o nível de acessibilidade do usuário de cadeira de rodas na Escola Municipal Orley Cavalcante. Realizou-se um levantamento sobre o nível de acessibilidade através de um questionário aplicado a um aluno cadeirante desta escola.

De acordo com Santos (2021) a técnica de observação para coleta de dados exige mais trabalho do pesquisador, cabe a ele observar determinado comportamento ou característica e a partir daí fazer anotações para que os dados possam ser interpretados. Amorim (2022) explica que o questionário é um instrumento de coleta informações que permite o levantamento de percepções, opiniões e nível de satisfação ou interesse acerca de determinado fenômeno, ou seja o questionário permite coletar informações de uma determinada realidade para fins acadêmicos, organizacional ou empresarial.

2 INCLUSÃO DO ALUNO CADEIRANTE NO ENSINO REGULAR

Sabe-se que assim como qualquer outro grupo em situação de vulnerabilidade as pessoas com deficiência física, ao longo da história tem enfrentado grandes desafios nos mais diversos ambientes. Partindo desse pressuposto, discute-se nesta seção a exclusão, segregação, integração e inclusão dos alunos com deficiência física elencando os desafios e possibilidades da inclusão desses estudantes no ensino regular e apontando problemas recorrentes no dia a dia do estudante cadeirante.

2.1 A inclusão escolar e a legislação educacional brasileira

O debate sobre a inclusão escolar tem ganhado cada vez mais destaque. Diante disso, Oliveira e Veloso (2017) caracterizam a inclusão escolar como o movimento que busca integrar o estudante portador de necessidades especiais, afinal este é um direito garantido em lei.

No âmbito internacional, a Declaração de Salamanca foi um dos Marcos na inclusão escolar. Este documento lançado pela Organização das Nações Unidas-ONU em 1994 objetivou promover a educação inclusiva para aqueles com necessidades especiais e o acesso ao ensino regular, assim como o uso de práticas pedagógicas centradas na criança.

A inclusão escolar teve início no Brasil a partir do final da década de 80, mas só começou a fundamentar-se após a Conferência Mundial da Educação Especial em 1994 com a Proclamação da Declaração de Salamanca. Foi só a partir do ano de 2000 que começaram a ser implementadas as primeiras políticas de educação inclusiva.

Atualmente, o direito de todos a uma educação inclusiva em que todos os estudantes compartilham do mesmo espaço escolar é garantido pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Convênio Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008).

Em seu artigo 3º, inciso IV a Constituição Federal (1988) visa “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já no artigo 205 garante “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Com base nos artigos mencionados, verifica-se que o direito à educação é garantido pela Constituição que estabelece como dever do Estado da família o seu cumprimento. A Constituição ainda estabelece em seu artigo 206, inciso I, o direito à “igualdade de condições

para o acesso e permanência na escola”. Aqui, a Constituição Federal (1988) está diretamente voltada para a questão da inclusão escolar. No artigo 208 a garantia desse direito é confirmada através do inciso III que estabelece “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei da Educação Nacional que regula a educação formal estabelecendo prioridade para o sistema regular de ensino estabelece no Capítulo III, art. 4º, inciso III, que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. O capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. A LDB afirma que “haverá, quando necessário, o serviço de apoio especializado na escola regular para atender as particularidades da clientela da Educação Especial”. A LDB também afirma que o “atendimento educacional será feito em classes, escola ou serviços especializados sempre que em função das condições especializadas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular.

A busca pela inclusão de estudantes com necessidades especiais foi ganhando força com a promulgação de outros documentos. Com a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência a luta pela inclusão escolar foi reforçada, pois este é um documento mais relevante quando se trata do direito da pessoa com deficiência tratando exclusivamente desta questão. O documento traz a obrigatoriedade de um sistema educacional inclusivo de qualidade, gratuito em todos os níveis.

A Política Nacional de Educação Especial formalizou a inclusão escolar no Brasil, passando a priorizar o modelo social de deficiência para incluir estudantes da Educação Especial. Com base neste documento, todos os estudantes têm o direito de frequentar o ambiente escolar, independente da sua condição física psíquica sensorial, gênero, raça e etnia e entre outros, garantindo assim que o estudante com necessidades especiais receba todo o suporte necessário para o seu desenvolvimento acadêmico e social.

O Plano Nacional de Educação-PNE (2014) que estabelece diretrizes e metas para a educação até 2024 veio para coroar a luta pela inclusão escolar. O documento estabelece a universalização da inclusão em sua meta número 4 que deve atender o público dos quatro aos dezessete anos de idade com deficiência, transtornos globais, ou superdotação, do acesso à educação especializada preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão-LBI número 13.146 de 2015 traz diretrizes para a promoção da inclusão na escola em qualquer nível ou modalidade de ensino.

2.2 A inclusão escolar do estudante com deficiência física

Até aqui, foi possível confirmar que a inclusão escolar é um direito garantido na Constituição Federal (1988) e outros documentos da legislação educacional brasileira. O processo de inclusão de alunos com deficiência deve ir além da exceção deste no ensino regular.

De acordo com a Oliveira e Veloso (2017) o grande desafio da inclusão escolar é garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades especiais na escola. No caso dos alunos com deficiência física os principais obstáculos enfrentados são a falta de melhoria no espaço físico, falta de material adequado, falta de recursos financeiros, entre outros problemas.

Em seu artigo 5º inciso I, o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 descreve a deficiência física como:

Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia,

hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004).

Portanto, para que o estudante com deficiência física seja integrado no ambiente escolar é indispensável que a escola proporcione um ambiente agradável onde o estudante se sinta seguro e confortável, pois ao receber estímulos facilitadores na escola as limitações do estudante deficiente físico tende a ser menos graves. Essas condições devem ser ofertadas pela escola para que o estudante tenha condições de aprender e socializar com os demais membros da comunidade escolar.

A garantia da inclusão escolar pode ser cumprida através de um trabalho colaborativo entre a escola e a comunidade. De acordo com Mota (2020) na inclusão da pessoa com deficiência é necessário compreendê-las como participante da vida em sociedade, assim como no âmbito político e econômico. É importante entender que a inclusão da pessoa com deficiência também depende da sua aceitação como ser humano que possui necessidades como qualquer outra e, dessa forma são gerados direitos específicos.

Para Corrêa (2021) um dos principais problemas na inclusão escolar de pessoas com deficiência é o preconceito voltado à esse grupo de pessoas que é chamado de capacitacismo, pois passa uma falsa ideia que o estudante com deficiência tem menos capacidade para aprender. Para promover a inclusão desses estudantes a escola precisa repensar, modernizar e adaptar suas práticas às capacidades dos seus alunos.

No entanto, Carmo (1994) explica que normalmente o estudante com deficiência física frequenta somente o ensino regular por apresentar condições e capacidades semelhantes aos demais estudantes, diferente daqueles portadores de deficiência intelectual ou sensorial que participam de outras instituições que oferecem ensino especializado. Nesse contexto, verifica-se que os estudantes com deficiência física enfrentam diferentes barreiras no ambiente escolar como falta de acessibilidade tanto no ambiente físico quanto nas atividades em sala de aula ou atividades físicas.

De acordo com Oliveira e Veloso (2017) para que aconteça a inclusão efetiva dos estudantes com deficiência física é importante uma preocupação da escola para que esses alunos se sintam acolhidos e respeitados, principalmente com relação à acessibilidade. Quando a escola se preocupa com a inclusão facilita a aprendizagem do estudante despertando o seu interesse e incentivando a busca pelo conhecimento.

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 descreve a acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Segundo estudos desenvolvidos por Sasaki (2002), podemos identificar seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. Considerando a abordagem do espaço o mesmo autor conceitua acessibilidade arquitetônica como a eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos e traz como exemplos mais comuns dessa acessibilidade a presença de rampas, banheiros adaptados, piso tátil, entre outras.

Assim, para promover a participação e o aprendizado, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer as habilidades e dificuldades específicas de cada aluno. A partir desse reconhecimento, é possível identificar as necessidades quanto aos recursos pedagógicos e de acessibilidade em relação às características físicas dos ambientes escolares.

Partindo desse pressuposto, o sistema de ensino deve se adequar a realidade e necessidades destes alunos, bem como garantir o acesso e permanência destes alunos na escola,

ou seja, suas limitações não podem representar a exclusão do aluno no sistema de ensino que deve se adaptar e dar condições de, aprendizagem, desenvolvimento e condições de qualidade na relação pessoal com os demais sem discriminação.

2.3 Acessibilidade para estudante cadeirante na Escola Municipal Orley Cavalcante

2.3.1 Caracterização do campo de estudo

A Escola Orley Cavalcante é uma escola de âmbito municipal. Atualmente conta com 18 profissionais, incluindo professores, gestores diretor, coordenadores e outros funcionários (vigia, merendeira e auxiliares de limpeza). A escola possui um total de 144 alunos ativos, um aluno possui deficiência física.

Sobre a infraestrutura, destaca-se que possui as seguintes instalações: biblioteca, sala de recursos multifuncionais, pátio coberto, quadra de esportes coberta e possui sete (7) salas de aula, das quais nenhuma é climatizada e também não são adaptadas para alunos com deficiência, com exceção de rampas de acesso, não possui mobiliário e nem espaço adequado para o desenvolvimento das atividades propostas

2.3.2 Resultados da pesquisa

Averiguando as condições de acesso e permanência do cadeirante na Escola Municipal Orley Cavalcante através de visita a escola e aplicação do questionário têm-se os seguintes resultados: sobre a acessibilidade no espaço físico externo a escola, constata-se que a escola não apresenta acessibilidade para ponto de ônibus, mesmo local para entrada e saída de veículos. A escola não possui uma rota acessível via rampas e calçadas. O acesso do cadeirante é dificultado pela falta de calçadas e rampas, não há uma estrutura adequada para a locomoção com a cadeira. A pessoa com cadeira de rodas ainda se depara com a falta de pavimentação na área externa a escola e quando chove, não consegue desenvolver sua autonomia precisando da ajuda de terceiros, uma vez que o chão é de areia e contém pedras e buracos.

Como solução propõe-se: faixa de segurança e semáforo para pedestre, em frente à escola, calçada plana e com pavimentação adequada, rebaixada junto à faixa de pedestre, portão de entrada da escola facilmente identificado, desde a calçada.

Sobre acessibilidade na escola, constatou-se que as portas não atendem as medidas propostas na NBR/ 9050/2020 são estreitas, não tem sinalização, maçanetas não são instaladas com altura acessível ao cadeirante. O piso não atende as condições propostas, as rampas existentes não estão em conformidade com a NBR9050 quanto a inclinação, largura min. de 1,20 m, permitem o acesso a entrada e saída sem degraus, as rampas não apresentam revestimento antiderrapante, há corrimão apenas na rampa de entrada da escola. Não há guarda-corpo ou paredes nos lados.

Em relação aos sanitários, constata-se que: Não possuem acessibilidade que preconiza a norma NBR9050. Os sanitários não possuem barras de apoio, piso antiderrapante. O mobiliário das instalações da escola não estão adequados conforme as recomendações legais.

Em linhas gerais, destaca-se os principais problemas de acessibilidade espacial na Escola Municipal Orley Cavalcante: O acesso do cadeirante é dificultado desde o atravessar da rua, bastante movimentada e sem semáforo, em seguida depara-se com uma calçada sem pavimentação o que dificulta a locomoção de cadeirantes. Constata-se também um caminho muito amplo, sem limites definidos até a porta da escola. Sobre o estacionamento da escola não foram identificadas vagas reservadas a deficientes, o caminho do estacionamento até a porta da escola não possui pavimentação, degraus ou obstáculos. Não existem placas, na recepção, para indicar o caminho a seguir para os demais ambientes da escola. Não existem corrimãos nos

lados das escadas e rampas, não há corrimão ao alcance de crianças menores e pessoas em cadeira de rodas, mesas não permitem a aproximação de cadeira de rodas, salas pequenas, sem espaço livre para atividades que exigem movimento.

2.4 Estratégias para inclusão do estudante cadeirante no ensino regular

Com base nas ideias dos autores abordados até aqui e de acordo com os resultados da pesquisa na Escola Municipal Orley Cavalcante, é possível afirmar que para promover a inclusão escolar os cuidados e preocupações das instituições de ensino devem estar voltados tanto para o ambiente físico quanto as tarefas em sala.

Para receber as crianças com deficiência física as instituições de ensino podem fazer adaptações arquitetônicas que devem atender ao princípio da acessibilidade garantido na lei número 10.096/2000 e no decreto número 5296/2004 que estabelecem a eliminação de barreiras arquitetônicas para permitir o acesso das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Considerando que o estudante tem o direito de acessar um ambiente escolar ou qualquer outro ambiente de forma segura é preciso colocar a rampa de acesso para que o estudante possa transitar nos espaços da escola. Além disso, em caso de prédios grandes é necessário projetar as rampas e corrimãos na altura adequada de 0,70 m e 0,92 m. É possível também instalar elevador para cadeira de rodas.

Há outras formas para promover condições adequadas aos estudantes com deficiência física. De acordo com Silveira (2013) é importante adequar portas, banheiros imóveis para deixá-los acessíveis a estes estudantes. O ambiente escolar deve ter portas largas com espaço para passar uma cadeira de rodas com largura recomendada de 0,8 M. Além disso, as maçanetas devem ser de alavanca. As carteiras, vasos e barras de apoio devem ser adaptadas para os estudantes cadeirantes.

Para deixar o ambiente escolar ainda mais acessível para os alunos com deficiência, as instituições de ensino devem analisar corretamente cada espaço como banheiro, estacionamento e rampas de acesso para que sejam identificados com facilidade. As atividades da escola também devem estar voltadas para os estudantes com deficiência. É possível adequar algumas atividades esportivas como vôlei sentado para que o estudante se sinta incluído.

É necessário que a escola valoriza o processo de inclusão mesmo em meio aos desafios. Freitas e Araújo (2014) a inclusão escolar de alunos com deficiência física também deve ser tema entre professores e demais membros da escola. Além disso, os professores devem receber treinamento adequado para que possam atuar de maneira que facilite a vida do estudante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostrou questões que seguem a discussão no âmbito educacional sobre a inclusão de estudantes com deficiência física ou outras necessidades especiais. Com base nos objetivos da pesquisa constatou-se que os estudantes enfrentam inúmeros obstáculos. As instituições de ensino, assim como mostra a pesquisa realizada na Escola Municipal Orley Cavalcante a necessidade de adequar o ambiente escolar para receber estes estudantes.

Ao analisar toda questão envolvendo as pessoas com deficiência física se constata a importância de uma educação para todos com a participação da família, membros da escola e demais profissionais de saúde e reabilitação onde todos se envolvam na questão da inclusão mantenham diálogo constante analisando cada caso e trabalhando com cada aluno de forma única, sem preconceitos como superproteção ou negligência necessitando uma grande mudança no sistema de ensino.

A organização do ambiente escolar deve ser percebida como componente fundamental no processo de ensino aprendizagem. Assim, ao se pensar o espaço, deve-se considerar as diferenças entre os alunos. Ainda existem muitas barreiras para que a pessoa com deficiência

possa realmente exercer sua cidadania de fato. Apesar de existirem subsídios legais e políticas que garantam a inclusão nas redes regulares de ensino encontramos dificuldades de inserir pessoas com deficiência física nas escolas, por dificuldades de acessibilidade.

A acessibilidade, em escolas, requer maior aplicação das normas, sugere-se a implantação e/ou modificação para usuário de cadeira de rodas no contexto escolar da Escola Municipal Orley Cavalcante de acordo com a ABNT NBR/ 9050/2020. Como exemplo dessa necessidade podemos mencionar a declividade de rampas, ausência do piso na área externa, calçadas, estacionamentos, sanitários, salas de aula que se adequem e atendam as pessoas com cadeiras de roda.

Algumas orientações dizem respeito à realização da reforma desta escola e de novos projetos de escolas inclusivas sob a responsabilidade de arquitetos e engenheiros com conhecimento sobre acessibilidade espacial.

Finalmente, ressalta-se que o ambiente físico da escola deve ser pensado de modo a evitar todo e qualquer risco de acidente, e que espaços e equipamentos devem estar sob constante manutenção. Os principais causadores de acidentes são degraus sem sinalização, buracos, pisos quebrados ou faltando, pisos muito ásperos, felpas, ferrugens. Tão importante quanto não expor os alunos a riscos é permitir que alunos, professores, funcionários e demais usuários da escola tenham acesso a todos os locais, com conforto e segurança, e possam participar das atividades neles existentes.

Com toda situação nova, a inclusão traz consigo novos desafios e também a necessidade de encontrar soluções inovadoras. Os resultados desta pesquisa mostraram que há diversos problemas que precisam ser enfrentados para efetivação da inclusão escolar. É preciso criar soluções para que os estudantes não se sintam prejudicados. A escola e membros desta instituição devem estar preparados para lidar com estes estudantes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Raphael. **Como realizar a Coleta de Dados via questionário?** 2022. Disponível em: <https://luby.com.br/ciencia-de-dados/como-realizar-a-coleta-de-dados-via-questionario/>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996.

_____. **Lei da Aprendizagem. Lei nº 10.096, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília/DF, 2000.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília: MEC/Seesp, 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.**

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

CARMO, A. A. **Deficiência Física: A Sociedade Brasileira Cria, Recupera e Discrimina.** Brasília: Secretaria de Desportos/PR, 1994.

MATIAS, Lucas. Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual é a melhor opção?. 2022. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/pesquisa-qualitativa-quantitativa/>. Acesso em 07/09/2023

FREITAS, Josiane Fujisawa Filus de; ARAUJO, Paulo Ferreira. **Inclusão escolar e Educação Física: a participação dos professores de Hortolândia-SP.** Pensar a Prática (online), v. 17, p. 1, 2014.

MOTA, Ednei Gomes da. **Inclusão educacional das pessoas portadoras de deficiência. discurso ou realidade?** Monografia, 2020.

OLIVEIRA, Gabriel Gonçalves; VELOSO, Lérica Maria Mendes. **Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional.** Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2017.

SANTOS, Luiz Carlos dos. A técnica do questionário: conceituação, características, vantagens e limitações. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/t%C3%A9cnica-do-question%C3%A1rio-conceitua%C3%A7%C3%A3o-caracter%C3%ADsticas-e-dos-santos>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

SASSAKI, RomeoKazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década.** Mensagem, Brasília, 2002.

SILVEIRA. Tatiana dos Santos da. **Prática pedagógica em deficiência física.** Indaial: Grupo Uniassevi, 2013.

UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).

YOSHIDA, Soraia. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública.** 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO QUANTO A ACESSIBILIDADE DE PESSOA COM CADEIRA DE RODAS(P.C.R.)

ITEM DE ACESSIBILIDADE A SER VERIFICADO	EXISTE		ADEQUADO		OBSERV AÇÕES
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	

1	ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO FÍSICO EXTERNO À ESCOLA					
1.1	RELAÇÃO DE ACESSO PARA O CADEIRANTE ENTRE A ESCOLA E A VIA PÚBLICA					
1.1.1	A escola apresenta uma rota acessível ao cadeirante do interior da escola até o ponto de ônibus e vice-versa?		x		x	A escola não apresenta acessibilidade para ponto de ônibus.
1.1.2	A entrada e saída de alunos está localizada em local com menor fluxo de veículos?		x		x	Mesmo local para entrada e saída de veículos. A escola não possui uma rota acessível.
1.1.3	A entrada principal da escola, atendimento ao público, permite o acesso ao cadeirante?		x		x	O acesso ao cadeirante é permitido com muita dificuldade, pois não há uma estrutura adequada para a locomoção com a cadeira.
1.1.4	A P.C.R. utiliza com independência a entrada principal, não tendo de receber auxílio para o interior da escola através de ajuda de terceiros?		x		x	Utiliza com certa dificuldade pois as vezes ao chover precisa de ajuda de terceiros pois o chão é de areia e contém pedras e buracos.
1.2	CALÇADA					
1.2.1	A escola possui calçada pública?		x		x	
1.2.2	Existindo a calçada, esta encontra-se em conformidade com a NBR 9050 (largura min. 1,20 cm, piso antiderrapante, inclinação transversal e longitudinal)?		x		x	Não possui calçada na entrada da escola.
1.2.3	Revestimento no piso tem superfície regular, firme estável, sem provocar trepidações?		x		x	Na entrada da escola não possui piso, dificultando o trajeto da entrada até a repartição escolar com muita areia, pedras, buracos.
1.2.4	Nas calçadas em locais com faixa destinada à travessia de via pública por pedestres, há rebaixamento do meio-fio e rampa sobre a calçada?		X		x	Não há calçada em frente a escola. A entrada é diretamente no meio fio no chão mesmo, sem calçamento. Dificultando a autonomia.
1.3	ESTACIONAMENTO					

1.3.1	A Escola possui estacionamento com vaga para acessibilidade dos estudantes, professores e demais usuários e ou visitantes cadeirantes?		X		x	A escola não possui estacionamento. A área entre o portão e a entrada principal, por ser um espaço amplo e arejado com jardim é onde as pessoas utilizam para o estacionamento da escola.
1.3.2	O estacionamento possibilita acesso ao cadeirante até o interior da escola?		X		x	Como não possui um estacionamento específico, ele consegue se por todo o espaço com dificuldade por falta de piso.
2	ACESSIBILIDADE NA ESCOLA					
2.1	PORTAS					
2.1.1	As portas têm vão livre mínimo de 80cm?		x		x	As portas são super estreitas, modelo antigo.
2.1.2	As portas estão dispostas de maneira a permitir sua completa abertura?		x		x	São estreitas e não tem sinalização.
2.1.2.	As maçanetas possuem altura entre 90cm e 110cm?		x		x	Possui maçanetas normais, não são instaladas na altura que o aluno possa ter acesso.
2.1.4	O nivelamento das portas com o piso (lado de fora e lado de dentro) possibilita o acesso a entrada e saída ao local pretendido? (sem a presença de degraus)		x		x	O piso em péssimas condições apenas no piso de cimento, permite o acesso para a sala de entrada e saída sem degraus, sem revestimento aderente.
2.1.5	Existem as medidas necessárias para o giro de maneira que possibilite o fechamento da porta após entrada ou saída?		x		x	Modelo antigo das portas dificultando que o cadeirante possa girar com a cadeira após entrada e saída.
2.2	RAMPAS		x		x	
2.2.1	Existem rampas na escola?	x			x	Rampas somente na entrada da escola e algumas bem pequenas pelos corredos.
2.2.2	As rampas estão em conformidade com a NBR9050 quanto a inclinação (tabela de dimensionamento), largura min. de 1,20 m?		x		x	Não construídas apenas para facilitar o trajeto.
2.2.3	O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?					O piso de toda a escola é velho e de cimento algumas partes construídas exclusivamente para o trânsito do aluno.
2.2.4	Há corrimão em ambos os lados da rampa?					Só tem corrimão na rampa de entrada da escola.
2.2.5	Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?		x		x	Na escola não possui esse espaço de exclusividade.

2.2.6	Na existência de rampas em frente a portas, existe patamar no início ou término desta rampa?		x		x	Dentro da escola não foram instaladas rampas acessíveis, apenas algumas inclinações nos corredores.
2.2.7	As rampas existentes, mesmo não estando completamente ao rigor da norma, possibilitam utilização com segurança?	X			x	

2.2.8	A rampa existente é completamente inutilizável oferece risco ao usuário?	x			x	As rampas foram mal construídas.
2.2.9	O usuário necessita de ajuda para utilizar as rampas existentes na escola?		x		x	Eles conseguem utilizar normalmente as rampas sem ajuda, apesar de serem construídas de qualquer jeito.
2.2.10	As rampas existentes possuem telhado de cobertura possibilitando que o usuário possa fazer o percurso em dias de chuva?		x		x	.
2.3	SANITÁRIOS					
2.3.1	A escola possui pelo menos 5% dos sanitários acessíveis, com pelo menos um para cada sexo de uso dos alunos?		x		x	O sanitário foi construído mas sem nenhum tipo de acessibilidade.
2.3.2	A escola possui pelo menos 5% dos sanitários acessíveis, com pelo menos um para cada sexo de uso de funcionários e professores?		x		x	
2.3.3	Os sanitários existentes possibilitam entrada de PCR? (portas, larguras e manobras)		x		x	
2.3.4	Existem barras de apoio?		x		x	Não tem barras de apoio nos sanitários.
2.3.5	Os lavatórios e acessórios (toalha e papel higiênico) possibilitam aproximação e alcance para P.C.R.?		x		x	Não possui estrutura nenhuma dentro do banheiro nos lavatórios e acessórios.
2.3.6	O sanitário está localizado em local acessível?	x			x	O local em que o sanitário se encontra é acessível.
2.3.7	O sanitário está localizado próximo à circulação principal?	x		x		Boa localização, tem uma circulação principal onde se encontra próximo ao pátio principal.
2.3.8	O sanitário possui piso antiderrapante?		X			O piso do mesmo é concluído apenas com cimento, não possui revestimento antiderrapante.
2.3.9	O usuário P.C.R. utiliza algum banheiro da escola, existe algum tipo de acessibilidade à banheiros?		X			Não utiliza o banheiro da escola, pois não se sente à vontade. Acredita-se que seja por não ter uma acessibilidade adequada. O mesmo informou que só utiliza em casa.
2.4	SALAS DE AULA					
2.4.1	Existe pelo menos 1% das mesas individuais com acessibilidade para P.C.R., ou no mínimo uma para cada duas salas de aulas?		x		x	As mesas são normais, inclusive o tamanho está inadequado. A mesa está desproporcional para as rodas da cadeira.
2.4.2	As lousas estão instaladas a uma altura inferior máx. de 0,90 m do piso, possuem área de aproximação lateral e manobra para cadeira de rodas??		x		x	As lousas são normais.
2.5	BIBLIOTECA E CENTRO DE LEITURAS					

2.5.1	Existe no mínimo uma das mesas acessível?		x		x	A biblioteca não tem acessibilidade nenhuma. Ela funciona em uma sala.
2.5.2	Possui distância entre estantes de livros de no mínimo 0,90 m de largura?		x		x	Os livros são distribuídos em prateleiras de ferro.
2.5.3	Nos corredores entre as estantes, existe a cada 15 m um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas?		x		x	Não há corredores pois a biblioteca é uma sala.
2.5.4	O alcance manual aos livros nas estantes estão em conformidade as medidas de alcance manual para o cadeirante?		x		x	Como não possui estantes, os livros ficam em prateleiras.
2.5.5	Existe pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet acessíveis?		x		x	Tem acesso a internet com permissão da diretora para usar o celular.
2.6	REFEITÓRIO					

2.6.1	No refeitório existem mesas com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e, esta mesa possibilita o posicionamento para aproximação frontal com avanço sob ela com 0,50 m no mínimo? (área de aproximação)		x		x	Não tem refeitório na escola, tem o espaço de uma cantina.
2.6.2	O refeitório possui área de circulação e área de manobra, possibilitando o acesso as mesas?		x		x	Não possui.
2.6.3	O balcão de distribuição da merenda possui altura adequada ao alcance manual e visual ao cadeirante?		x		x	A cantina possui uma janela que o aluno não consegue ter acesso, pois é muito alta a estrutura.
2.6.4	A P.C.R. ao menos consegue ir ao refeitório?		x		x	Não possui.
2.7	MOBILIÁRIO					
2.7.1	Existe balcão de atendimento ao público que permita que o cadeirante avance sob o balcão até 0,30 m no mínimo?		x		x	A escola não apresenta nenhum tipo de balcão
2.7.2	Quanto ao bebedouro, existe acessibilidade para chegar até ele? (percurso)		x		x	O bebedouro é próprio patio.
2.7.3	O bebedouro possui possibilidade de aproximação frontal (0,50 m) e possui altura livre de no mínimo 0,70 m do piso?		x		x	O bebedouro não é acessível. Este é o mesmo utilizado por todos os alunos da escola.
2.8	SALAS ESPECIAIS (VÍDEO, INFORMÁTICA, QUADRA ESPORTIVA)					
2.8.1	O cadeirante possui acesso a sala destinada ao áudio visual (sala de vídeo)?		x		x	A escola não apresenta uma sala audio visual. Cabe ao professor adaptar a própria sala de aula.
2.8.2	O cadeirante possui acesso a sala destinada as aulas de informática? (uso de computadores p/ pesquisas)		x		x	Na escola não tem aulas de informática e o uso de computadores é exclusivo dos funcionários.
2.8.3	O cadeirante possui acesso ao salão de eventos, palestras, reuniões, podendo subir ao palco?		x		x	O salão de eventos é no próprio pátio da escola.
2.8.4	O cadeirante possui acesso a quadra esportiva?		x		x	Na quadra não possui acesso. Mas o mesmo participa de atividades esportivas na escola com Gincanas e algumas atividades com aulas de Educação Física.
3	PERCURSO DA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS (P.C.R.)					
3.1	A P.C.R. sendo ele visitante da escola, consegue realizar com segurança e de maneira independente a seguinte rota: entrar na escola, acessar o atendimento da secretaria e utilizar o banheiro?	x			x	Ao chegar na escola se depara com a falta de calçamento bem no portão de entrada. Porém consegue atendimento da secretaria e utilizar o banheiro.

3.2	A P.C.R. sendo ele aluno da escola, consegue realizar com segurança e de maneira independente a seguinte rota: entrar na escola, entrar na sala de aula (ter uma mesa acessível destinada para este aluno), ir ao banheiro (conseguir utilizar o banheiro) e ir ao refeitório (conseguir utilizar o refeitório)?	x			x	Utilizar o banheiro é complicado pois não existe barra de segurança nas paredes, o sanitário é do modelo normal, não é acessível e o lavatório também não tem acessibilidade, porem as portas são largas..
3.3	O aluno cadeirante consegue acessar todos os ambientes da escola (acessibilidade plena)?		x		x	O aluno consegue percorrer apenas alguns espaços, pois ainda existe locais sem piso, no chão mesmo. Os corredores são estreitos.
3.4	O visitante da escola consegue acessar todos os ambientes da escola (acessibilidade plena)?		x		x	Não possui acessibilidade em todas as repartições da escola.